

Socialismo, gênero e trabalho: uma análise da *União Operária*, de Flora Tristan

Socialism, gender and work: an analysis of Flora Tristan's Workers Union

Luna Ribeiro Campos^a 

Resumo Este artigo tem o objetivo de situar a obra de Flora Tristan (1803-1844) na tradição socialista e de identificar pontos de contato e de contraste com o chamado socialismo utópico. Mostro como os debates sobre o pauperismo e a questão social, tão em voga no início do século XIX, dialogavam diretamente com a negação do trabalho das mulheres fora do ambiente doméstico. A partir da análise do livro *União Operária* (1843), aponto para a originalidade do pensamento de Flora Tristan ao desenvolver uma visão mais abrangente sobre as definições de trabalho e de classe operária. Sugiro que o apagamento de suas ideias nas narrativas hegemônicas sobre a história do socialismo e do movimento operário está relacionada, por um lado, à vinculação de Tristan ao quadro geral do “socialismo utópico” e, por outro, ao fato de ela ter entrelaçado a emancipação da classe operária à emancipação das mulheres.

Palavras-chave Flora Tristan. Classe operária. Igualdade de gênero. Socialismo. Trabalho.

Abstract *This article aims to locate the work of Flora Tristan (1803-1844) in the socialist tradition and to identify points of contact and contrast with the so-called utopian socialism. I show how the debates on pauperism and the social issue, so in vogue in the early 19th century, directly dialogued with the denial of women's work outside the domestic environment. Based on the analysis of the book *Worker's Union* (1843), I point to the originality of Flora Tristan's thought by developing a more comprehensive view of the definitions of work and the working class. I suggest that the erasure of her ideas in hegemonic narratives about the history of socialism and the labor movement is related, on the one hand, to Tristan's link to the general framework of “utopian socialism” and, on the other hand, to the fact that she has intertwined the emancipation of the working class to the emancipation of women.*

Keywords *Flora Tristan. Working Class. Gender Equality. Socialism. Work.*

1 Agradeço aos comentários, críticas e sugestões feitas por Tomás Coelho, Pedro Borba, Rosa Ribas Vieira, Tarcísio Perdigão e Pedro Cazes.

a Professora de Sociologia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Mestre em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/UFRJ e doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu.

INTRODUÇÃO

A partir de uma vasta pesquisa, a historiadora britânica Sheila Rowbotham (2009) fez um exercício de criar uma carta fictícia de uma feminista socialista endereçada a Karl Marx. Na carta, de 1850, a personagem francesa Annette Devereux conta a Marx como descobriu o *Manifesto Comunista*, escrito pelo jovem autor alemão junto ao amigo Friedrich Engels dois anos antes. O atraso na leitura, confessa a remetente, se justifica pela falta de tempo devido ao exílio, à quantidade de roupa para lavar e aos cuidados com duas crianças pequenas. Foi em meio às cestas de roupa suja, que aumentavam consideravelmente com a presença de visitantes no Falanstério em que morava nos Estados Unidos, que Devereux encontrou um exemplar britânico do *Manifesto*, no bolso de uma camisa. A excitante descoberta transportou a leitora de volta à Rue Vaneau, em Paris, para onde Marx e sua esposa, Jenny, se mudaram em 1843 e que virou ponto de encontro de diversos intelectuais.

Ao comentar o *Manifesto*, no entanto, a autora da carta se mostra desapontada com a seção sobre mulher e família, pois considera que essa ignora as ideias e a participação das mulheres nas lutas e nos debates travados naquela época. Ainda que Annette Devereux seja uma figura fictícia, os eventos políticos e os personagens históricos são reais. A autora da carta se coloca ao lado de mulheres como Claire Démar, Suzanne Voilquin e Pauline Roland que, desde os anos 1830, ligadas a grupos socialistas que compartilhavam uma perspectiva mais ou menos igualitária entre os sexos, deram-se conta de que precisavam “pensar sobre si mesmas para alcançar a emancipação” (Rowbotham, 2009, p.172).

A escrita de panfletos e petições, a organização de jornais, de clubes de mulheres e associações de trabalhadoras engendrou não apenas a participação, mas a intervenção ativa de mulheres nos debates públicos e nas iniciativas políticas que se desenvolveram na primeira metade do século XIX em várias partes da Europa (Veauvy, 2017).

Retomando a carta, entre outras ausências, Annette Devereux se diz surpresa por não ver nenhuma “menção à proposta de Flora Tristan de uma União dos Trabalhadores, em 1843, e ao reconhecimento dela de que a emancipação do homem trabalhador era impossível enquanto as mulheres permanecessem oprimidas na família” (Rowbotham, 2009, p.172). Este artigo se debruça justamente sobre a obra de Flora Tristan (1803-1844), autora de grande importância para a luta das mulheres socialistas, em especial, sua obra *União Operária* (1843). Com o propósito de intervir no debate político, assim como outras mulheres de sua geração, Flora Tristan conectou as aspirações de emancipação feminina às do

emergente movimento operário, elaborando uma proposta pioneira de associação internacional de trabalhadores e trabalhadoras.

Meu objetivo aqui é duplo: primeiro, resgato as nuances do pensamento político de Flora Tristan, que é por vezes distorcido pela qualificação de “socialista utópica” que ela própria rejeitou; segundo, demonstro como a perspectiva de igualdade entre mulheres e homens foi disseminada na primeira geração socialista europeia.

Este percurso está dividido em três seções. Inicialmente localizo Flora Tristan no contexto intelectual e político no qual desenvolveu sua obra e sua relação com as primeiras doutrinas socialistas, salientando a centralidade dada às questões de gênero. Em seguida, mostro como os debates sobre o pauperismo e a questão social se basearam na negação do direito ao trabalho das mulheres fora do ambiente doméstico ao associá-lo à degradação moral e à desintegração da família. Por fim, apresento o projeto da *União Operária*, em que Flora Tristan elabora uma proposta concreta de emancipação operária que parte do princípio da igualdade absoluta entre homens e mulheres. Em conjunto, os argumentos confluem para uma elaboração pioneira da autora a respeito da classe operária, sua abrangência e seu potencial associativo. No limite, a premissa acerca da igualdade de gênero leva a uma mudança na própria definição da classe operária.

FLORA TRISTAN E AS IDEIAS SOCIALISTAS

Na Europa do início dos anos 1840, o termo “socialismo” ainda não era amplamente utilizado, dividindo espaço com noções mais amplas como “reforma social” ou questões “humanitárias”, que designavam preocupações de pessoas partidárias da reforma humana e social. A primeira geração de socialistas europeus delimitou o social como campo de ação ao presumir que não seria espontânea a integração de trabalhadores (as) na emergente sociedade urbana e industrial. O socialismo, ou a preocupação com o “social”, era associado a uma projeção de sociedade baseada na cooperação mútua e no associativismo, por oposição à competição individual e ao livre mercado (Eley, 2005; Hobsbawm, 1979).

Durante as primeiras décadas do século XIX, pensadores como Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858) atraíram muitos discípulos e formaram verdadeiras escolas de pensamento, pautadas nos anseios de uma sociedade igualitária (Barros, 2011). Apesar das particularidades de cada uma, essas doutrinas tinham em comum a valorização do trabalho e justiça social como horizonte, e foram responsáveis pelas primeiras críticas sociais e políticas à sociedade industrial. Além disso, compartilhavam o desejo

de realizar reformas radicais na sociedade através da construção de comunidades organizadas a partir do princípio cooperativo e associativista.

Nessas diferentes teorias que darão forma ao socialismo, o proletariado aparece primeiro como objeto para, depois, se transformar lentamente em sujeito. Isso porque, apesar de reconhecerem os antagonismos de classes e seus efeitos desagregadores, esses teóricos “não atribuem ao proletariado qualquer autonomia histórica, qualquer movimento político próprio” (Marx, Engels, 1998, p.37), por isso “procuravam substituir o movimento pelo qual a classe travaria sua própria luta para libertar-se por um movimento abstrato, proposto por eles” (Konder, 1998, p.67). Essas características vão lhes render o rótulo de “socialistas crítico-utópicos” pelos autores do *Manifesto*, classificação que posteriormente acabou sendo aplicada à toda produção do período.

Esses três sistemas de pensamento, ou o “socialismo utópico”, formam um conjunto de referências intelectuais incontornáveis para a atuação e o desenvolvimento da obra de Flora Tristan. O simples fato de ter havido uma mulher entre os fundadores do socialismo anterior a Marx e Engels indica que havia uma relação estreita entre ideias socialistas e a reivindicação de um novo status social para as mulheres (Díaz, 2012). Flora Tristan transitou entre as diversas correntes socialistas, reformistas, radicais e revolucionárias de sua época. No entanto, no relato que fez de suas viagens a Londres, fez questão de esclarecer que “para evitar toda falsa interpretação, [eu] declaro que não sou nem saint-simoniana, nem fourierista, nem owenista” (Tristan, 1978, p. 317). A recusa de ser associada a qualquer das três doutrinas demonstra, por um lado, a familiaridade da autora com essas teorias, por outro, demarca a singularidade de suas ideias políticas frente a elas. A afirmação não significa, no entanto, que Tristan as rejeitasse, ou mesmo que tenham tido pouca influência em sua forma de pensar. Pelo contrário, indica que ela tentou construir um pensamento próprio a partir da síntese daquelas concepções, porém sem abraçar as rivalidades e controvérsias que dividiam as seitas socialistas (Bédarida, 1978).

A militância e a produção escrita de Flora se concentram entre 1835 e 1844. De acordo com Cross (2004, p. 176), esse período coincidiu com o auge do socialismo utópico na França. Tendo se aproximado desses círculos, a escritora se beneficiou de suas interpretações sobre as relações de gênero (Talbot, 1991, p. 236). Nos anos 1830, algumas mulheres ligadas ao movimento saint-simoniano fundaram jornais em que já se apresentava a ideia de que “com a emancipação da mulher/virá a

emancipação do trabalhador” (Moses, 1984, p. 63).¹ O movimento de emancipação feminina e o crescimento da imprensa popular deram espaço à “mulher de letras”, que passou a se tornar uma figura visível (Pickering, 2000, p.140). Flora Tristan esteve entre essa geração de mulheres que buscavam, por um lado, independência financeira através da escrita e, por outro, influenciar a opinião pública através da palavra impressa.

Nascida na França em 1803, Flora Tristan teve uma vida marcada por muitos percalços, que podem ser compreendidos a partir de dois eventos decisivos de sua biografia: o nascimento e o casamento. O primeiro, pois o fato da união de seus pais, um peruano de origem aristocrática e uma francesa, não ter sido legitimada oficialmente lhe rendeu a condição de filha “bastarda”. Além disso, a morte precoce do pai deixou a família com poucos recursos para se sustentar. Já o casamento com um homem “a quem não podia amar nem estimar” é descrito por Tristan como “a causa de todos os [seus] males” (Tristan, 2000, p. 45). Como o divórcio era interdito às mulheres pelo Código Civil, Flora precisou fugir do marido violento para viver de forma independente.

Essas informações são importantes para além do caráter anedótico da vida privada. Os arranjos legais que a fizeram ter o status de filha ilegítima e mulher separada foram fundamentais para subsidiar tanto sua militância a favor do divórcio e da emancipação feminina quanto a reflexão sobre sua condição de pária, a qual retornaremos posteriormente. No entanto, se a dimensão de gênero era um aspecto vital de seu pensamento, sobretudo por causa de suas próprias experiências, não constituía uma dimensão exclusiva.

A organização do trabalho era a grande questão da época e Tristan contribuiu para o debate com a publicação de dois livros: *Passeios em Londres* (1840) e *União Operária* (1843). As viagens feitas à Inglaterra e a observação das condições de vida e trabalho do proletariado inglês inspiraram o projeto que desenvolveu no final de sua vida. A autora alimentava o desejo de ver o legado de 1789 estendido às mulheres e aos trabalhadores. Assim como alguns de seus contemporâneos socialistas e também a partir do exemplo cartista no Reino Unido, repudiava atos de violência e a perspectiva revolucionária. Para Tristan, o caminho se apresentava através da união, da solidariedade e da representação política em escala nacional, como veremos mais à frente.

1 Sobre o contato de Flora Tristan com as mulheres saint-simonianas, ver: González (2009), Cross (1988), Planté (1986) e Moses (1984).

A dura crítica aos socialistas crítico-utópicos no *Manifesto Comunista* levou estudiosos posteriores a subestimarem a sua importância para o desenvolvimento das teorias de Marx e Engels (Hobsbawm, 1979; Konder, 1998), além de engendrar um desinteresse no pensamento social formulado nessa época. As ideias utópicas formaram um reservatório para os movimentos operários que surgiram nos anos 1830-1840 (Eley, 2005, p. 28), e esse contexto provou ser um momento de radicalismo excepcional para pensar as relações de gênero. Essa dimensão tem sido crucial para o impulso de recuperação da produção desse período (Cross, 2004, p. 178), no qual se insere a obra de Flora Tristan. Porém, antes de apresentar o projeto da *União Operária*, cabem mais algumas observações a respeito dos debates que o embasaram, a saber, a relação entre trabalho, pauperismo, gênero e família.

PAUPERISMO, GÊNERO E TRABALHO

Na Europa da primeira metade do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo industrial ensejou um aumento vertiginoso do pauperismo entre as camadas trabalhadoras urbanas. A tomada de consciência em relação à crescente miséria teve impacto na produção intelectual de pessoas ligadas aos mais diversos matizes ideológicos, que passaram a se ocupar do que então se designava como “questão social”. De acordo com Robert Castel (1998, p. 283), quase todos os pensadores da época escreveram teses sobre o pauperismo, e entre elas é possível destacar as pesquisas feitas por Eugène Buret e Friedrich Engels a respeito dos contextos francês e inglês, respectivamente².

É evidente que para aqueles autores o fenômeno da pobreza não constituía uma novidade. O que era novo, no entanto, era sua aceção sociológica: não havia nada de acidental na constituição de uma massa de indigentes, pobres e miseráveis; pelo contrário, isso era decorrente das novas formas capitalistas de produção. Esse novo pauperismo associava a miséria material a uma “profunda degradação moral do povo”, e por isso era visto como uma espécie de “selvageria”, de “barbárie”, que se confirmava com os relatos e descrições feitas das formas de vida de famílias operárias, associadas à sujeira, promiscuidade, crime, violência, alcoolismo e prostituição; em suma, tudo que se considerava os piores vícios e

2 O livro de Eugène Buret, *La misère des classes laborieuses en France et en Angleterre*, foi vencedor de um concurso sobre a questão do pauperismo promovido pela Academia (francesa) de Ciências Morais e Políticas, em 1840. A pesquisa de Buret foi realizada toda de maneira bibliográfica, pois o autor nunca havia ido à Inglaterra. O livro de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado em 1845, foi fruto de vinte e um meses de observação e interação com o proletariado inglês.

perversões (Castel, 1998, p. 286-287). A situação era tal que Engels (2010, p. 106) compara a moradia de alguns operários em Manchester aos estábulos do rei Águas, em referência a lugares que, na mitologia grega, acumulavam montanhas fétidas de excrementos que nenhuma pessoa seria capaz de remover.

Flora Tristan também deixou registros sobre a situação da classe trabalhadora inglesa no livro *Passeios em Londres*, publicado meses antes do livro de Buret, no qual muitas destas questões sobre miséria operária ganharam destaque. Diferente das outras duas obras citadas, o livro de Tristan não é um estudo aprofundado da realidade operária, mas se baseia em observações “recolhidas com a maior exatidão possível”, apresentando características de uma “etnografia militante” (Bédarida, 1978): ao mesmo tempo em que descrevia e analisava o fenômeno social, denunciava seus mecanismos discriminatórios de funcionamento. A autora produziu relatos de suas visitas a fábricas, prisões, hospícios, escolas, orfanatos, casas de prostituição e bairros proletários. Refletiu sobre pobreza, criminalidade e educação. Ela descreve sua obra como “a exposição do grande drama social que a Inglaterra expõe ao mundo” (Tristan, 1978, p.53). Seus escritos são marcados pelo desejo de produzir textos “úteis”, pois “é urgente que os operários se instrua sobre as causas de seus sofrimentos e os meios para remediá-los” (Tristan, 1978, p.54).

Ao abordar a questão operária durante o início do século XIX é preciso levar em consideração que em várias partes da Europa, mas em particular na França dos anos 1840, a maior parte da população vivia em áreas rurais e estava ligada ao trabalho artesanal em pequenas oficinas, isto é, não trabalhava nas grandes indústrias³. Neste sentido, as descrições extremadas do pauperismo só se aplicam a uma minoria de trabalhadores, o que não nega, no entanto, a importância histórica do fenômeno. A Inglaterra, por ser o país industrialmente mais desenvolvido⁴ na época, apresentava as condições de vida do proletariado em sua forma “clássica, plena” (Engels, 2010, p. 41), e por isso se tornou locus privilegiado para a observação das consequências da revolução industrial nas relações de trabalho⁵. É como

3 Segundo o historiador britânico Geoff Eley (2005, p.77), na realidade europeia do século XIX se misturavam diferentes regimes de trabalho e, na Inglaterra, foi apenas depois da primeira guerra mundial que o trabalho industrial se sobrepôs ao manual. Os diferentes caminhos que levaram à proletarização engendraram consequências distintas para as sociedades operárias em formação.

4 Convém ressaltar que a produção de tecidos constituía o ramo mais desenvolvido da indústria inglesa. O algodão, seu principal insumo, era importado das fazendas escravocratas dos Estados Unidos da América.

5 No prefácio de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels afirma: “A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social. [...] O conhecimento das condições de vida do proletariado é, pois, imprescindível para, de um lado, fundamentar com solidez as teorias socialistas e, de outro, embasar

expectativa funesta do que aconteceria nos outros países que a apreciação do caso inglês se tornou relevante.

A ideia de que a pobreza e a miséria corrompiam os trabalhadores tinha como contrapartida a imagem do trabalhador moralizado, civilizado, que fazia jus ao seu estatuto de homem livre e ao seu lugar de provedor na família. Sem poder usufruir dessas prerrogativas, era a própria unidade familiar que corria o risco de se desintegrar, uma vez que, desmoralizado, o trabalhador tendia a se entregar ao “alcoolismo e aos excessos sexuais” (Engels, 2010, p.213). Nas condições em que o proletariado inglês se encontrava, era comum que sua situação fosse comparada com a das pessoas negras escravizadas nas Américas, e não raro sua sorte era vista como pior que a do escravo, a quem, alguns acreditavam, pelo menos era garantida a alimentação diária.⁶

No bojo desse debate sobre a desmoralização promovida pelas precárias condições de trabalho, o trabalho das mulheres se tornou um fator polêmico. Durante praticamente todo o século XIX predominou na maioria das organizações operárias uma forte resistência ao trabalho feminino. O filósofo Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), cuja obra teve grande influência no operariado francês, se opôs veementemente à inclusão das mulheres nos meios operários (Andrade, 2015). Se por um lado o teórico anarquista era aliado na luta dos trabalhadores, por outro contribuiu para disseminar entre o movimento operário ideias misóginas e machistas. Afirmando uma suposta inferioridade feminina, destinava as mulheres à procriação e ao papel de serviçais de seus maridos (Sullerot, 1968).

Com exceção de alguns grupos formados em torno dos socialistas “utópicos”, a “democracia dos primeiros movimentos radicais era também uma prerrogativa masculina” (Eley, 2005, p.80). O cartismo, por exemplo, primeiro movimento operário de massa na Inglaterra, excluiu o voto para as mulheres dos seis pontos elaborados na Carta do Povo. Não há dúvidas de que as mulheres tenham sido atuantes tanto no movimento cartista como em outras agitações operárias radicais, no entanto a face pública dos movimentos era sempre masculina. A questão que se coloca é que, a despeito da participação feminina nos movimentos operários e sua crescente inserção no universo fabril, seu status era desvalorizado.

os juízos sobre sua legitimidade e, enfim, para liquidar com todos os sonhos e fantasias pró e contra” (Engels, 2010, p.41).

6 Engels (2010, p.215-220) fala dos operários fabris como “escravos brancos”, e afirma que “sua escravidão é pior que a dos negros da América, porque vigiados ainda mais severamente”. Para Flora Tristan (1978, p.111), “o negro só está exposto aos caprichos de seu mestre, enquanto a existência do proletário inglês, de sua esposa, seus filhos estão à mercê do produtor”.

A reação negativa ao trabalho feminino fora do ambiente doméstico era alimentada, por um lado, pela alegação da inferioridade natural das mulheres, que justificaria seu encerramento na esfera privada realizando o papel “natural” de esposa, mãe e cuidadora. Por outro lado, essa posição refletia o receio dos trabalhadores homens com o desemprego e o rebaixamento dos salários ocasionado com a contratação massiva do trabalho de mulheres e crianças. Além disso, o trabalho feminino era visto como sinônimo de desordem, como um fator de ameaça à castidade feminina e de desagregação da família (Engels, 2010, p.182). Assim, o trabalho das mulheres era atravessado por questões que articulam gênero, sexualidade e moralidade à pobreza (Scott, 2008). Com a mulher fora de casa por tantas horas, as crianças ficavam mal alimentadas e sem supervisão, o que ocasionava muitos acidentes fatais. A substituição da mão de obra masculina pela feminina deixou muitos homens desempregados e muitas vezes era o salário da mulher que sustentava o lar, alterando as dinâmicas domésticas de gênero. As consequências do trabalho feminino fora do lar se estendiam, dessa maneira, para os cônjuges⁷ e para as crianças.

Neste sentido, a luta contra a ferocidade do capitalismo emergente incluía, para a maioria dos movimentos operários, a defesa de uma noção idealizada de família. A tentativa de proteger mulheres e crianças do trabalho degradante nas fábricas tinha a contrapartida de não reconhecer o direito das mulheres ao trabalho pago⁸ e de perpetuar as divisões tradicionais de gênero, em que as mulheres pertenciam à esfera doméstica e eram as únicas responsáveis pelo cuidado das crianças.

Desse modo, está posta uma clivagem de gênero que merece destaque: se, para os homens, o direito ao trabalho carrega um significado virtuoso, uma vez que regrado, cooperativo e justamente recompensado, o significado se inverte no caso das mulheres. O acesso ao mercado de trabalho sinaliza não só sua perversão como más esposas e mães, mas o declínio moral da sociedade que as obriga a deixar o lar. É sobre essa clivagem que incide, de forma singular, o projeto de Flora Tristan para uma união universal de operários e operárias.

7 Sobre esse assunto vale a pena ver a descrição feita por Engels (2010, p.183) de um operário que foi encontrado por um amigo remendando as meias de sua mulher enquanto ela trabalhava na fábrica. A vergonha demonstrada por Jack, por ter que realizar um “trabalho de mulher”, dá uma pista do caráter desmoralizador e emasculante atribuído à realização, pelos homens, do trabalho doméstico.

8 De acordo com o Dicionário Crítico do Marxismo, a controvérsia sobre o trabalho das mulheres continuaria acirrada por um longo tempo dentro da AIT e somente em 1879 a demanda pelo direito das mulheres ao trabalho foi finalmente incorporada. Ver o verbete “femmes”, in: Labica, G. Bensussan, G. *Dictionnaire Critique du Marxisme*, PUF, 1985, p. 458.

UNIÃO OPERÁRIA

Na tribuna das Câmaras, no púlpito cristão, nas assembleias do mundo, nos teatros e especialmente nos tribunais fala-se muito dos operários, mas ninguém ainda tentou falar aos operários.

Flora Tristan, *União Operária*.

União Operária designa ao mesmo tempo o título do livro e o nome da organização concebida por Flora Tristan, em 1843. A ideia de uma união universal de operários e operárias constituía uma novidade radical no ambiente do movimento socialista francês, e mesmo no contexto europeu mais amplo (Díaz, 2012, p. 158). De acordo com Gonzáles (2009, p. 218), Tristan teria se apropriado de elementos do socialismo utópico e aplicado em três ideias chave: a necessidade de constituição da classe operária (Saint-Simon); a ideia de construir Palácios Operários (Fourier) e a educação como motor da mudança social (Owen).

O livro foi publicado após uma campanha de financiamento coletivo levado a cabo por Tristan de porta em porta nos arredores de Paris, o que a fez ser tomada como “uma pobre escritora pedindo esmolas” (Tristan, 2015, p. 26). Segundo consta no prefácio da primeira edição, trata-se de um livro “destinado a *instruir a classe operária* [...], cujo objetivo é que o *povo aprenda quais são os seus direitos*” (idem)⁹. Reduzido ao essencial, *União Operária* é um manifesto destinado a “constituir a classe operária”. Partindo deste objetivo, a obra aborda quatro temas centrais: 1) unificação e constituição da classe operária; 2) auto-emancipação do proletariado; 3) igualdade absoluta entre mulheres e homens e 4) direito à instrução.

Tristan começa o livro criticando as associações de solidariedade e ajuda mútua pelo caráter insuficiente das reformas que propõem por não serem capazes de proporcionar nenhuma “*melhoria verdadeira e positiva na situação material e moral da classe operária*” (Tristan, 2015, p.76). Apesar de reconhecer a importância das sociedades particulares, elas só serviam para “aliviar os sofrimentos individuais” e teriam a consequência de isolar e dividir a classe operária, vista como as “*verdadeiras causas de seus males*” (Tristan, 2015, p.84). Contra o “sistema de fragmentação que dizima os operários”, Tristan propõe a União, cujo objetivo é basicamente “constituir a unidade compacta, indissolúvel da classe operária” (idem). Subjacente a essa crítica, há uma linha de continuidade com o horizonte

9 Os destaques em todas as citações de Tristan se referem aos grifos feitos pela própria autora.

revolucionário francês: dissolver os corpos intermediários e abolir as corporações, erguendo no lugar formas universais do direito e da cidadania.

Como parte de uma sociedade que acompanhou o desmantelamento do Antigo Regime e a difusão da linguagem dos direitos no contexto político da Revolução Francesa, a forma jurídica era fundamental. Como salienta Hunt (2009, p.81), o discurso dos direitos se tornou corriqueiro na França pós-revolucionária, e é dentro desse quadro que devemos situar o pensamento de Tristan. Sua análise da situação da classe operária se expressa em diversos momentos através da constatação de sua exclusão do acesso a direitos essenciais, evidenciando questões ainda hoje relevantes sobre a contradição entre a igualdade formal frente à desigualdade real:

Ora, para o pobre operário que não possui terras, casas, nem capital, e não tem nada mais que *seus braços* [...] os direitos do homem e do cidadão não tem nenhum valor (e nesse caso torna-se mesmo uma amarga zombaria) se previamente não for reconhecido o *direito de viver*, e para o operário o direito de viver é o *direito ao trabalho*, o único que pode lhe dar a possibilidade de *comer* [...] (Tristan, 2015, p. 89).

Em relação ao direito ao trabalho, é interessante notar como Flora o defende a partir da garantia constitucional à propriedade privada, só que nesse caso ela se refere à propriedade privada dos braços, a “única propriedade que a classe operária pode possuir” (Tristan, 2015, p. 89). Se a Constituição garante a inviolabilidade da propriedade, e a propriedade dos próprios braços é incontestável, para que o proletariado usufrua com segurança é necessário que “seja reconhecido *em princípio* (e também em realidade) o *livre gozo* e garantia de sua propriedade” (idem, p. 90); este livre gozo só poderia ser garantido pelo direito ao trabalho e assegurado através de sua organização. Neste raciocínio, a autora instrumentaliza o princípio liberal da propriedade, o próprio núcleo do direito, para servir a um propósito político de classe.

Se, posteriormente, Marx parte da mesma constatação – os braços como única propriedade dos trabalhadores –, o ponto de chegada é bem distinto. Enquanto este aponta para a liberdade *do* direito, logo, para a abolição da propriedade privada como meio de emancipação dos trabalhadores e ideal de uma sociedade igualitária, Tristan aposta na liberdade *pelo* direito. Isto é, ela opera na lógica da expansão e universalização dos direitos e não na defesa de seu fim.

Seu esforço se direciona para que a classe operária ocupe uma posição social que lhe garanta a possibilidade de ser levada a sério pela nação: “a vantagem que

gozam todos os grandes corpos constituídos é poder contar com algo dentro do Estado e assim se *fazer representar*” (Tristan, 2015, p. 94). A autora faz um apelo: “Operários, se querem se salvar não há outro caminho, é preciso se unir” (idem, p. 91).

A União Operária é concebida como uma organização que congrega funções do que hoje reconhecemos como sindicato e partido político de base operária. De maneira geral, a autora propõe a livre adesão, de homens e mulheres, através do pagamento de cotizações (“cada um de acordo com suas possibilidades”), a criação de comitês locais e de um comitê de organização central, a publicação de um jornal operário e ainda um defensor, um representante remunerado, que se dedique inteiramente à causa operária¹⁰ (Armogathe; Grandjonc, 1986, p.36).

Além disso, o projeto também previa a construção dos “Palácios da União Operária”, onde “os filhos da classe operária serão instruídos intelectual e profissionalmente, e onde serão admitidos operários e operárias acidentados no trabalho bem como os doentes ou idosos” (Tristan, 2015, p. 170). Em oposição à realidade dura e insalubre encontrada nos lares e ambientes de trabalho do proletariado inglês, Tristan pensa nos Palácios como espaços amplos, limpos, confortáveis e belos. O próprio termo utilizado para nomeá-lo é impregnado de suntuosidade e projeta a posição social que ela deseja à classe em processo de formação.

Flora Tristan entende a sociedade como um grande corpo humanitário, logo, para que esteja são, é preciso que todas as suas partes funcionem harmonicamente. Esta analogia nos remete a dois pontos importantes em seu pensamento: a solidariedade e o internacionalismo, que são atribuídos tanto aos indivíduos quanto às diferentes nações, pois, ao fim e ao cabo, “todos são irmãos em humanidade”. Assim, tanto a União quanto os Palácios não fazem nenhuma distinção entre nacionais ou estrangeiros, e qualquer pessoa que provasse ser operário ou operária seria bem recebido em suas instalações.

No plano traçado para pôr em prática a organização, transparece a política de aliança com outras classes (“o comitê central cometeria um grande erro se negligenciasse atrair [...] a simpatia de todas as classes da sociedade”) e de não violência (“protesto contra tudo o que emana da *força bruta*”). No capítulo “Aos burgueses”, última parte do livro, Tristan afirma: “Quero que saibam que não sou

¹⁰ Aqui a inspiração vem da atuação de Daniel O’Connell, representante do povo irlandês na Câmara dos Comuns, que Flora ouviu discursar em sua visita ao Parlamento inglês, em 1839. O episódio é relatado em um divertido capítulo de *Passeio em Londres*, em que a autora conta sua entrada no parlamento vestindo roupas masculinas, uma vez que era proibida a entrada de mulheres no recinto (Cf. Tristan, 1978, p.103-109).

uma *revolucionária*, uma *anarquista*, uma *sanguinária*” (Tristan, 2015, p. 177). Há a expectativa de que “mentes superiores” abracem a causa e vejam na união operária “uma medida de ordem”, e não uma medida revolucionária.

A gratidão reservada às outras classes e a esperança de uma resolução pacífica para os conflitos entre elas constitui um dos pontos centrais da crítica de Marx e Engels aos socialismos crítico-utópicos, como já ressaltado no início do texto. Ainda que os autores do *Manifesto* não tenham incluído explicitamente Flora Tristan entre esse grupo, o fato de ter se valido de muitas proposições “utópicas” conferem sentido a muitas dessas críticas. No entanto, apesar das inúmeras referências a Saint-Simon, Fourier e Owen, o livro de Tristan carrega uma diferença crucial em relação a eles. Qual seja, o fato de conceber operários e operárias como protagonistas de sua própria emancipação: “É chegado o dia, é preciso agir e cabe a vocês, somente a vocês agir no interesse de vossa própria causa. Assim está posto a vida...ou a morte! Esta morte terrível que mata a cada instante: a *miséria* e a *fome!*” (Tristan, 2015, p. 66).

A autora presta deferência aos “homens mais inteligentes e mais devotados” que dedicaram sua vida à defesa da causa operária, no entanto conclui que não há mais nada a ser dito e só resta a ação:

Operários, chega de esperar a intervenção que reivindicamos por vocês há 25 anos. A experiência e os fatos dizem o suficiente: o governo *não pode* ou *não quer* se ocupar da sua sorte buscando melhorias. Se quiserem firmemente, só depende se vocês sair do círculo de misérias [...] onde vocês definham. [...] Sua ação não é a revolta à mão armada, a sublevação em praça pública, o incêndio ou o saque. [...] Vocês têm somente uma ação que pode ser confessada diante de Deus e dos homens: é a União Universal dos Operários e Operárias” (Tristan, 2015, p. 66-67).

Como já deve estar claro a essa altura, a proposta de Flora Tristan para tirar a classe trabalhadora da miséria, do isolamento e da ignorância passa pela compreensão de que homens e mulheres são agentes históricos parceiros da mudança social. A essa questão, Tristan dedicou o terceiro capítulo do livro, intitulado “Porque eu menciono as mulheres”. É preciso mencionar as mulheres porque historicamente elas têm sido tratadas como verdadeiras párias, colocadas “fora da igreja, fora da lei e fora da sociedade” (Tristan, 2015, p.110).

Numa sociedade regida por um sistema de legitimação que faz da humanidade comum a origem da igualdade de direitos, a figura do pária é tomada como tropo

do humano desumanizado, remetendo à exclusão moral e política (Varikas, 2014). O esquema de alteridade ao qual o pária está submetido é tão radical que ele parece pertencer a outra espécie, de tal modo que na *União Operária* Flora se refere à “raça mulher”, enfatizando a inferioridade a qual as mulheres estavam submetidas, além de reforçar a metáfora com a escravidão e os processos de racialização do gênero. Decorre daí a centralidade concedida à instrução das mulheres do povo. Flora acreditava estar aí a chave para a melhora material, moral e intelectual da classe operária, uma vez que são elas as responsáveis pela educação das crianças e pela organização doméstica da vida do operário. Ademais, a educação tem um caráter civilizatório e é decisiva no processo de aprendizado dos direitos e na resistência à opressão.

Para efetivamente constituir-se como classe, era necessário que as mulheres, “metade da humanidade”, estivessem plenamente integradas ao movimento, pois “a emancipação dos operários é impossível enquanto as mulheres permanecerem neste estado de embrutecimento. Elas paralisam todo processo” (Tristan, 2015, p. 128). Ao reconhecer a igualdade de direitos para as mulheres, elas deixariam de serem vistas como servas do lar ou concorrentes no trabalho, e passariam a ser companheiras na vida cotidiana e aliadas nos projetos de transformação social. Caberia, assim, aos operários, “que são as vítimas da desigualdade de fato e da injustiça [...] estabelecer enfim sobre a terra o reino da justiça e da igualdade absoluta entre a mulher e o homem” (Tristan, 2015, p. 129).

A princípio da igualdade de gênero altera a própria definição da categoria classe operária, abrindo espaço para o reconhecimento e valorização de formas de trabalho que extrapolam o trabalho fabril e as ocupações geralmente masculinas.¹¹ Na concepção elaborada por Tristan, nega-se qualquer hierarquia entre ocupações ou habilidades e entende-se “por operário e operária todo indivíduo que *trabalha com suas mãos, não importa como*. Assim, *empregados domésticos, porteiros, mensageiros, lavradores e toda gente pobre* serão considerados operários” (Tristan, 2015, p.137).

Neste sentido, não existe classe operária sem mulheres e, portanto, elas devem figurar e participar em quaisquer planos de emancipação operária. Esse é, sem dúvidas, um dos principais diferenciais da obra de Flora Tristan em relação

11 “A União Operária como a concebi teria por objetivo [...] reunir em um mesmo pensamento os 25 milhões de trabalhadores não proprietários [...]. A classe operária não é a única que sofre com os privilégios da propriedade: os artistas, os professores, os empregados, os pequenos comerciantes e uma multidão de outras pessoas, mesmo aqueles que vivem de uma pequena renda, que não possuem nenhuma propriedade como terras, casas, capitais sofrem com as leis feitas pelos proprietários com assento no Legislativo” (TRISTAN, 2015, p.85).

a outras produções socialistas do período. O projeto da União Operária foi, por isso, duplamente universal, tanto por seu caráter internacionalista, quanto pela inclusão das mulheres inclusive ao nível da linguagem escrita, ao marcar o gênero das palavras e afirmar a existência da mulher operária e trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Flora Tristan acreditava que “escrever um livro para o povo é como lançar uma gota d’água no oceano” (Tristan, 2015, p.71). Por causa disso, tomou como tarefa complementar à publicação da *União Operária* a missão de falar aos operários “que não sabem ler e àqueles que não tem tempo de ler” (Tristan, 2015, p.72). A autora fez um enorme esforço de viajar por dezenas de províncias francesas para divulgar suas ideias e foi durante esse *tour de France* que morreu em Bordeaux, aos 41 anos.

Sua trajetória foi movida por planos associativos a serem conduzidos por aquelas e aqueles que seriam também objeto de sua atuação, como transparece na concepção da união operária. Essa ênfase na autonomia acaba negligenciada quando suas ideias são classificadas apenas como utópicas, ainda que se o faça mais por comodidade do que por rigor, como bem salientou Díaz (2012). Se a crítica ao caráter não revolucionário da linha política ensejada por Tristan foi o bastante para marcar sua distinção em relação aos rumos que tomou o socialismo na segunda metade do século XIX, não o é para apagar a importância de suas ideias. Em particular, o caráter interdependente da luta das mulheres e da classe operária.

Para o contexto em que foram concebidas, as propostas da União Operária eram radicais, posto que reviravam pressupostos profundamente arraigados tanto no âmbito das leis e da ciência, quanto da religião e da família. Por um lado, Tristan enfrentou as teorias que buscavam afirmar a inferioridade feminina, ao mostrar que, como metade da humanidade, as mulheres mereciam dignidade e sobretudo direitos. Por outro, inverteu o quadro pintado pelas teorias sobre o pauperismo, que associavam o trabalho à pobreza e à imoralidade, reabilitando a figura do trabalhador. Mas ela foi mais além: ela supôs que o trabalhador e a trabalhadora, que na União Operária compartilhariam os mesmos direitos, seriam capazes de se auto-organizar e gerir coletivamente uma organização que pudesse atender aos seus interesses de classe, escolhendo seus próprios representantes e educando sua prole.

A obra de Flora Tristan nos auxilia a iluminar um período histórico em que se forjavam ideias socialistas e feministas lado a lado, mostrando que a reflexão sobre o lugar das mulheres foi um tema importante para as primeiras doutrinas

socialistas. Ainda que essas proposições não tenham predominado no interior das lutas operárias, ela serve como testemunha do esforço em criar alternativas mais inclusivas e igualitárias para a sociedade imaginada por e para as classes trabalhadoras.

Em 1848, quatro anos após a morte de Flora Tristan, trabalhadores de várias partes da França se reuniram para construir um monumento em sua memória. A lápide segue firme no cemitério onde Flora foi enterrada, em Bordeaux. Nela se lê: “Em memória da Sra. Flora Tristan, autora da *União Operária*, reconhecida pelos trabalhadores com estima. Liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Joana El-Jaick (2015). O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº18. Brasília, p. 265-300, set-dez 2015.
- ARMOGATHE, Daniel; GRANDJONC, Jacques (1986). “Introduction”. In: Tristan, Flora. *Union Ouvrière*. Paris: Éditions des Femmes, p. 11-95.
- BARROS, José D’Assunção (2011). Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. *Mediações*, Londrina, v. 16, n.1, p. 239-255, jan-jun 2011.
- BÉDARIDA, François (1978). “Introduction”. In: *Tristan, Flora. Promenades dans Londres*. Paris: François Maspero. p. 13-43.
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CROSS, Máire Fedelma (2004). *The letter in Flora Tristan’s politics*. Londres: Palgrave McMillan.
- CROSS, Máire Fedelma (1988). *The relationship between feminism and socialism in the life and work of Flora Tristan (1803-1844)*. Tese (Doutorado). University of New Castle Upon Tyne, Reino Unido.
- DÍAZ, Hérrnan M. (2012). Flora Tristán: su papel en la constitución del socialismo y de la clase obrera francesa. *ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda*, nº 1, p. 153-173.
- ELEY, Geoff (2005). *Forjando a democracia – a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo.
- ENGELS, Friedrich (2010). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- GONZÁLES, María de la M. I (2009). *Flora Tristán y la tradición del Feminismo Socialista*. Tese (Doutorado). Universidad Carlos III, Madri.
- HOBSBAWM, Eric et al (1979). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1.

- KONDER, Leandro (1998). “Marx, Engels e a utopia”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx e Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Perseu Abramo. p. 67-73.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich(1998). “Manifesto do Partido Comunista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx e Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Perseu Abramo. p. 7-41.
- MOSES, Claire Goldberg (1984). *French feminism in the Nineteenth Century*. Albany: State University of N.Y Press.
- PICKERING, Mary (2000). “Clotilde de Vaux and the Search for Identity”. In: MARGADANT, Jo Burr. *The New Biography: Performing Femininity in Nineteenth-Century France*. University of California Press.
- PLANTÉ, Christine (1986). *Les féministes saint-simoniennes. Possibilités et limites d'un mouvement féministe en France au lendemain de 1830*. Presses Universitaires de Lyon.
- ROWBOTHAM, Sheila (2009). Caro Dr. Marx - carta de uma feminista socialista. *Cadernos Pagu* (32), p. 159-182, jan-jun 2009.
- SCOTT, Joan (2008). *Gênero e história*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México.
- SULLEROT, Evelyne (1968). *Histoire et sociologie du travail féminin*. Paris: Éditions Gonthier.
- TALBOT, Margaret (1991). An Emancipated Voice: Flora Tristan and Utopian Allegory. *Feminist Studies*, vol. 17, n. 2.
- TRISTAN, Flora (2015). *União Operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- TRISTAN, Flora (2000). *Peregrinações de uma pária*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- TRISTAN, Flora (2003). *La Paria et son rêve. Correspondance établie par Stéphane Michaud. Préface de Mario Vargas Llosa*. Presses Sorbonne Nouvelle.
- TRISTAN, Flora (1978). *Promenades dans Londres, ou l'aristocratie et les prolétaires anglais. Édition établie et commentée par François Bédarida*. Paris: François Maspero.
- VARIKAS, Eleni (2014). *A escória do mundo: as figuras do pária*. São Paulo: Editora UNESP.
- VEAUVY, Christiane (2017). As Proletárias Saint-Simonianas e sua Herança – Entre Ocultação e (re)Descoberta de seus Itinerários e Escritos. *ILHA*, v. 19, n. 1, p. 7-44.